

De testemunho da 'Guerra do Araguaia' à luta por direitos na Amazônia brasileira

Thelma Pontes Borges

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Marcela Vecchione Gonçalves

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

A região do Araguaia foi atravessada por inúmeros conflitos desde a década de setenta que se configuraram como a Guerra do Araguaia. Nesse contexto, objetivamos demonstrar como camponeses dessa região se refizeram das inúmeras violências sofridas e se firmaram na luta por direitos sociais. Para tanto, apresentamos duas entrevistas trabalhadas por análise de conteúdo, evidenciando as diversas violências infringidas pelo Estado e suas formas de superação. Concluimos que o processo de reorganização psicossocial dos diversos traumas sofridos ocorre no campo da individualidade, faltando ainda um reconhecimento coletivo do Estado como repressor.

Palavras-chave: violência, Estado, Guerrilha do Araguaia, Amazônia, trauma

The Araguaia region has been crossed by numerous conflicts since the 1970s, which became known as the Araguaia's War. In **From Witness of the 'Araguaia War' to the Struggle for Rights in the Brazilian Amazon**, we aim to demonstrate how peasants in this region recovered from the countless violence suffered and established themselves in the struggle for social rights. We present two interviews worked through content analysis, highlighting the various forms of violence inflicted by the State and their ways of overcoming them. We conclude that the process of psychosocial reorganization of the various traumas suffered occurs in the field of individuality, still lacking a collective recognition of the State as a repressor.

Keywords: violence, State, Guerrilha do Araguaia, Amazon, trauma

Introdução

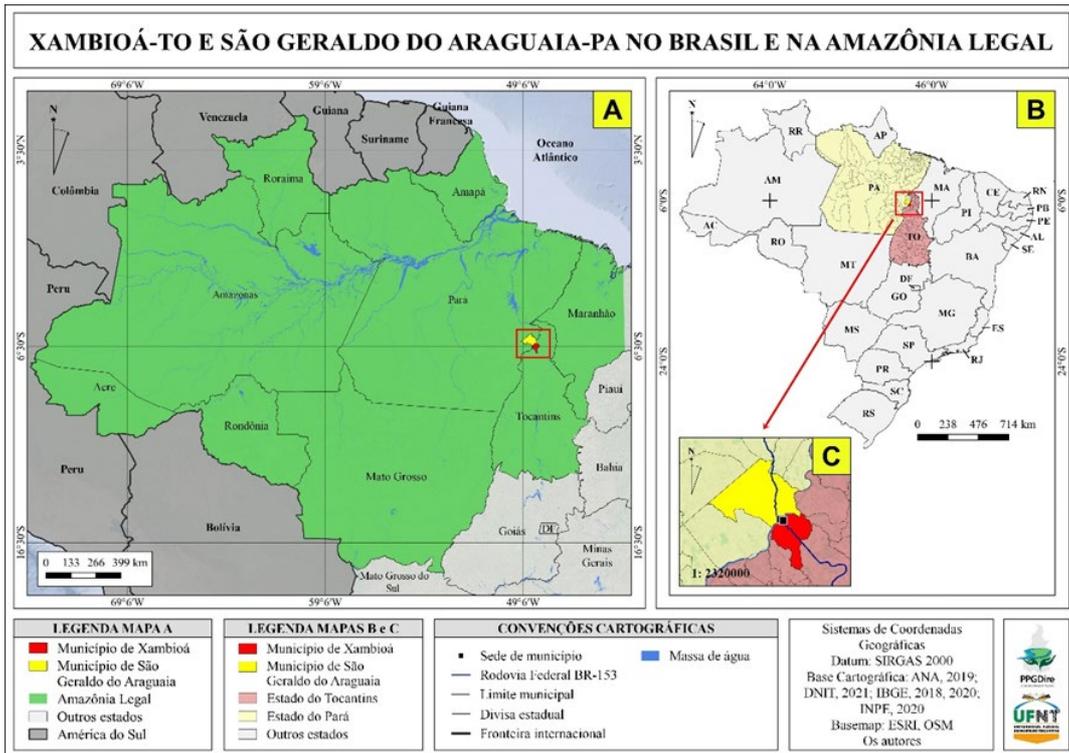
A região do Rio Araguaia (ver figuras 1 e 2), nas proximidades de Xambioá, no Tocantins, e de São Geraldo do Araguaia, no Pará, foi considerada pelo governo brasileiro, à época da ditadura, prioridade de segurança nacional. Tal fato decorreu de dois fatores culminantes: o primeiro foi a Guerrilha do Araguaia (1972–1975), que tentou, por meio de um levante rural, fazer frente à ditadura cívico-militar; o segundo se deu em decorrência de implantação de grandes projetos de integração nacional. O Estado, como forma de controlar a localidade, doou extensas terras devolutas para aqueles que comungavam de sua ideologia e fez com que o seu aparato funcionasse a serviço de um “apagamento” social das histórias ocorridas na região. Dessa maneira, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), a Polícia Federal (PF) e o próprio exército tiveram a missão de efetivar o controle das ações, corpos e memórias dos povos do Araguaia.

O historiador Vidal-Naquet (1988) modela o termo “assassino de memória”, referindo-se às tentativas de reescrita da história e ao seu revisionismo, que negava a existência dos campos de concentração. Sousa (2019) utilizará o termo ao se referir à “operação limpeza”, ocorrida no final da Guerrilha do Araguaia, missão conduzida pelo Major Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, que tinha por objetivo apagar os vestígios e a possibilidade de encontrar corpos ou provas das atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro. Podemos estender o conceito para além do período ao verificar que as lutas por direitos, principalmente o da terra pelos camponeses, continuaram a existir com a Revolta dos Perdidos em 1976, o Conflito do Cajueiro em 1981 e as lutas agrários desde então. Suas memórias são apagadas, ou pouco propaladas na memória nacional, a fim de evitar que o Estado assumira seu lado opressor.

Considerando tais fatores, este trabalho tem por objetivo versar sobre os testemunhos de dois atores sociais que vivenciaram as ações repressivas do Estado brasileiro em São Geraldo do Araguaia no estado do Pará (PA). Tais depoimentos são parte de um campo realizado no ano de 2020 como parte do trabalho de pós-doutoramento¹ e consistiu em duas entrevistas gravadas e transcritas. Cada entrevista teve a duração média de seis horas, tendo sido realizada em dois momentos diferentes com o intervalo de aproximadamente quinze dias: no primeiro foi solicitado que relatassem tudo que vivenciaram desde a Guerrilha e, no segundo, foram esclarecidas dúvidas pontuais sobre os relatos. As entrevistas foram realizadas individualmente e transcritas para análise. Os testemunhos foram apresentados demonstrando duas frentes de análise: primeiro, como pessoas conseguem se desvelar das violências sofridas, reestruturar-se e assumir o lugar de sujeito atuante na luta por direitos sociais; segundo, demonstrar que o governo agiu em comunhão com fazendeiros, empresários, jagunços e pistoleiros, ora atuando diretamente como repressor, ora como cúmplice daqueles que se utilizaram da violência para clarear seus caminhos de ocupação de terras e exploração dos posseiros.

Para desempenhar o proposto, o artigo será dividido da seguinte forma, além da introdução e considerações finais: no primeiro instante, serão apresentadas as condições sócio-históricas que permitiram a instalação do que chamamos de Guerra no Araguaia; logo, faremos uma discussão sobre o testemunho de guerra e a possibilidade de superação; na sequência, serão apresentados o conceito de trauma psíquico e a relação deste com a simbolização da violência; ainda serão apresentadas a metodologia e as entrevistas, pela via da análise de conteúdo.

Figura 1: localização de Xambioá no estado do Tocantins (TO) e São Geraldo do Araguaia no estado do Pará (PA)



Fonte: Elaborado pelas autoras. Sistemas de Coordenadas Geográficas. Datum: Sirgas, 2000. Base cartográfica ANA (2019), DNIT (2021), IBGE (2018, 2020), Inpe (2020). Basemap: ESRI, OSM.

Figura 2: Vista aérea de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA)



Fonte: Elaborado pelas autoras por meio do Google Earth Pro. Data da imagem: 21 maio 2019.

A 'Guerra' no Araguaia

O termo “Guerra no Araguaia” é um empréstimo da tese de Campos Filho (2013), que cita “uma outra guerra” (p. 22), cujo teor é a defesa de que, após a Guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro desenvolveu políticas públicas na região delimitando poder paramilitar sob o comando do Major Curió. Cabe lembrar que os guerrilheiros estiveram no Araguaia num contexto de propaganda governamental de grandes projetos desenvolvimentistas para a Amazônia (SOUSA, 2019). Assim, o trabalho realizado pelo exército de combate aos guerrilheiros foi continuado enquanto política no plano nacional, pautada pela Ideologia de Segurança Nacional. Com isso, após a Guerrilha do Araguaia, os órgãos que trabalhavam a serviço do governo ditatorial produzindo informações, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Centro de Informações do Exército (CIE), realizaram o ofício de controle ideológico, contenção da organização dos camponeses e fortalecimento do poder do Major Curió como representante do Estado brasileiro.

Tal processo de implantação de procedimentos paramilitares foi acompanhado pelo apoio e ação de grandes fazendeiros, empresários e autoridades públicas que transformaram a região em uma das mais violentas do país. Práticas de grilagem e roubo de terras públicas por esses grupos tinham o apoio do governo e a estrutura logística, sendo que era perseguido, preso e muitas vezes exterminado quem tentava se colocar como avesso a essas ações. Práticas de pistolagem desempenhadas por policiais e outros tornaram-se comuns contra religiosos, camponeses, sindicalistas, entre outros (CAMPOS FILHO, 2013). Podemos inferir que a violência produzida historicamente na região do Araguaia ao longo do tempo é fruto de uma política de Estado, configurando-se como violência cúmplice de Estado.

Os conflitos de terra, que desde a década de 1950 se faziam presentes na região em decorrência da grilagem, foram intensificados com a ditadura e a constituição do poder paramilitar, aumentando as tensões sociais, as violações aos povos indígenas e tradicionais (SOUSA, 2019). Apesar de haver na atualidade uma diminuição das mortes na região em função do fortalecimento de políticas públicas pós democratização e melhor organização dos camponeses em associações e sindicatos, ainda existe uma tensão permeada nas disputas pela terra e pelo direito à memória das diversas violações que a população sofreu ao longo do tempo. Cabe lembrar que essa região já foi identificada por protagonizar “um dos capítulos mais sangrentos da história dos conflitos fundiários ocorridos no Brasil, no século XX” (OLIVIERA, CRESTANI e STRASSBURG, 2014, p. 209).

A força paramilitar estabeleceu-se pelo que Sousa (2019, p. 207) denominou de “sociedade do desaparecimento”, cuja forma de atuação era a “sala de tortura”. A partir de 1975, com o fim da Guerrilha do Araguaia, o medo de uma nova insurgência era tão alta que o governo tentou apagar os rastros deixados sumindo com corpos ou qualquer elemento que permitisse um agravo

e com a aplicação em larga escala de prisões de camponeses e seus familiares com uso intensivo das mais diversas técnicas de tortura (SOUSA, 2019).

Utilizou também de técnicas simbólicas, produzindo discursos que pudessem desmerecer qualquer pessoa que tivesse relação com os guerrilheiros — nesse momento, todos os guerrilheiros já estavam mortos ou desaparecidos. Tal técnica também foi utilizada para conquistar a cooperação da população local quando da “caçada” aos insurgentes, além do desmantelamento do mínimo de infraestrutura existente nas posses, como destruição da plantação, roubo/morte dos animais, derrubada das casas; e a vigilância constante realizada pelo exército (CORRÊA, 2013; SOUSA, 2019). Cabe lembrar que, durante a guerrilha, o exército instalou diversas bases militares em Xambioá, Marabá, Araguatins, além de utilizar de estruturas como Incra e DNER, alterando desde então o cotidiano das pessoas, mantendo ainda resquícios na atualidade.

Campos Filho (2013) indaga como o mote segurança e desenvolvimento pôde gerar tantas violações sociais, apontando que políticas de Estado podem servir para produzir situações de extrema gravidade quando não mediadas por outras forças. O Brasil iniciou um trabalho de desvelamento dos crimes com a Comissão da Verdade² e a condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos³, mas ainda há muito o que se fazer, considerando que houve significativos retrocessos a partir de 2016. O poder de Major Curió estendeu-se ainda para a Serra Pelada, com a atuação de controle do exército sobre o garimpo na década de 1980.

A instalação de poder em nome da segurança e do desenvolvimento nacional é resultado do medo do Estado brasileiro voltar a ter outra guerrilha. Nesse sentido, o exército brasileiro transformava “cada luta camponesa em suspeita de estar sendo organizada pelos comunistas” (CAMPOS-FILHO, 2013, p. 15). A vigilância à época se abateu sobre padres, agentes da Comissão Pastoral da Terra — movimento sindical camponês e lideranças —, que foram perseguidos e assassinados a mando da estrutura do SNI e sua rede de apoio local, formada pelos fazendeiros e empresários, o que veremos descrito no testemunho dos nossos entrevistados.

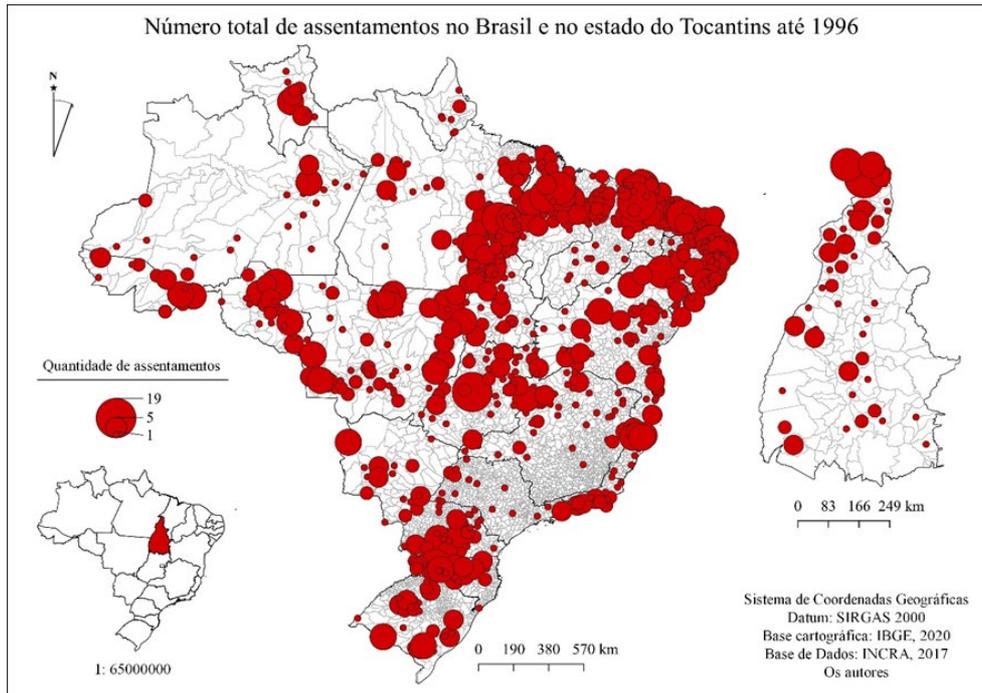
As preocupações dos poderes instituídos na época da ditadura se afluíram ainda mais com a “Revolta dos Perdidos” em 1976, conflito entre camponeses, funcionários do Incra e polícia que resultou na criação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat) (CAMPOS-FILHO, 2013). Tal conflito também é de nosso interesse, uma vez que um dos entrevistados esteve à frente da luta armada utilizando das técnicas aprendidas com os guerrilheiros durante o episódio da Guerrilha do Araguaia. Tal episódio reavivou o temor do governo com relação ao reaparecimento dos fantasmas do comunismo, uma vez que toda a região teve contato com a ideologia através das campanhas realizadas pelos guerrilheiros do Araguaia, que conquistavam os moradores locais oferecendo serviços médicos, remédios, trabalhos de alfabetização e formação política e ensinavam ideais acerca de direitos de acesso a terras, bem como de técnicas de luta armada (CÔRREA, 2013).

Um dos entrevistados foi o líder da Revolta dos Perdidos e afirma ter aprendido as técnicas de luta armada com os guerrilheiros e a outra trabalhou com Dom Pedro Casaldaglia durante o período que ficou escondida para não ser presa no processo da Guerrilha do Araguaia; o bispo ficou conhecido pela luta por direitos sociais de povos tradicionais, posseiros e indígenas na Prelazia de São Félix do Xingu no estado de Mato Grosso (MT) e ajudou juntamente com outros padres a disseminar as ideias da teologia da libertação na região. Assim, é disseminado na literatura (CÔRREA, 2013; CAMPOS-FILHO, 2013; SOUSA, 2019; MECHI, 2012) que houve influência dos ensinamentos da Guerrilha do Araguaia nos modos de luta do povo da região, fato que é reafirmado por Justamand e Mechi (2014) ao colocarem que a participação dos camponeses foi decisiva na força de enfrentamento que a Guerrilha teve, bem como no sucesso do exército ao forçarem a delatar os participantes do movimento. Assim, o Estado brasileiro definiu sua linha de atuação na região:

Privilegiaram-se as medidas adotadas no sentido de diminuir o crescimento do número de posseiros, investindo-se mais em programas que fortaleceram grandes projetos e beneficiaram os grandes proprietários, em benefício de uma massa camponesa deslocada para a região como consequência dos atrativos oferecidos pelo regime militar, interessado em conter o grande fluxo migratório em direção ao sudeste brasileiro e sanar problemas sociais crônicos existentes no Nordeste, causados pela seca e pelas lutas camponesas (CAMPOS-FILHO, 2013, p. 23).

Tal decisão permitiu a instalação na região de dispositivos de controle e extermínio dos corpos, do social e ambiental. Foi a entrada oficializada do desmatamento, da grilagem, da pistolagem e de inúmeros crimes autorizados pelo Estado. Implantaram-se, por definição de Estado, oligarquias locais rurais e de empresas geradoras de grandes desigualdades sociais. Mesmo após a abertura política no país, os conflitos de terra e a vigilância continuaram presentes na região, gerando grandes disputas pelo controle e patrulhamento dos sindicatos rurais, catalogados pelo exército como tendo sido organizadores dos levantes camponeses,⁴ dentre os quais constam nossos entrevistados. Tais procedimentos não diminuíram a luta dos camponeses, e “de 1980 até meados dos anos 1990, foram centenas as vítimas desse enfrentamento desigual” (CAMPOS-FILHO, 2013, p. 176), configurando o que chamamos de “Guerra do Araguaia” e o que Martins (1984) chamou de “militarização da questão agrária no Brasil”. Na Figura 3, é possível verificar a concentração de assentamentos na região do Araguaia, que se estende pelo norte do Tocantins ao sul e sudeste do Pará e Maranhão. Tal concentração de assentamentos permite inferir que numa região militarizada como essa, com o estado de sobreaviso acerca de qualquer movimentação e com a sua interferência nos arranjos locais para controle ideológicos, é de se esperar um maior número de conflitos agrários vindos dessa região. Não à toa, é a localidade que mais produziu violência no campo como apontado por Costa (2000), Soares (2009), Oliviera, Crestani e Strassburg (2014), entre outros.

Figura 3: Número total de assentamentos no Brasil e Tocantins



Fonte: Elaborado pelas autoras. Sistemas de Coordenadas Geográficas. Datum: SIRGAS, 2000. Base cartográfica IBGE (2020). Base de dados: Incra (2017).

No Quadro 1, organizamos uma série de eventos notórios que funcionaram como catalisadores de mais repressão e controle por parte do Estado na região do Araguaia. Esclarecemos que selecionamos os casos mais emblemáticos, mas inúmeros trabalhadores rurais, camponeses, sindicalistas, além de outros conflitos por terra ocorridos na região, foram afetados ao longo do tempo (CPT – Conflitos na Terra).

Quadro 1: Conflitos e ações com impactos na Região do Araguaia

Período	Nome	Descrição
1972–1975	Guerrilha do Araguaia	Grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), após treinamento de guerrilha no exterior, resolvem promover “uma insurreição revolucionária em aliança com os camponeses” (CORRÊA, 2013, p. 7) com o objetivo de lutar contra a ditadura e instalar uma sociedade mais igualitária. Considerado um dos momentos mais sangrentos e mais obscuros da ditadura brasileira, após três campanhas para derrotar os guerrilheiros, dos 21 vistos nas bases do exército à época, nenhum foi encontrado e não se tem informações sobre suas mortes (JUSTAMAND e MECHI, 2014). O principal nome das ações de caçada, morte e desaparecimento dos guerrilheiros e de camponeses é o do Major Curió (CORRÊA, 2013).
16/12/1976	Chacina da Lapa	Conhecida como tal quando a repressão militar invadiu uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, e promoveu

		uma chacina durante reunião de integrantes do PCdoB que faziam uma avaliação sobre o episódio da guerrilha. As principais lideranças do partido foram mortas na ação e milhares de documentos foram encontrados pelo exército, ajudando a esclarecer as ações dos guerrilheiros e a aumentar a vigilância na área (CORRÊA, 2013).
1975–1979	II Plano Nacional de Desenvolvimento	Motivado pelo programa de segurança nacional, traça metas de ocupação da região considerando o controle ideológico. Para tanto, alia-se a grileiros e pistoleiros. É colocada em curso a passagem de terras para escolhidos do governo, garantindo a limpeza ideológica pós-Guerrilha do Araguaia (CAMPOS FILHO, 2013).
26/10/1976	Revolta dos Perdidos	O Incra, ao tentar demarcar terras em regiões consideradas da Fundação Brasil Central, órgão criado pelo governo na década de 1960, através do que ficou conhecido como Marcha para o Oeste, deparou-se com posseiros que já ocupavam a região dos Perdidos. Com as negativas do órgão em explicar o que estava fazendo e com a herança dos posseiros das técnicas de guerrilha, emboscaram os agentes do Incra e a Polícia Federal em um dia de guerra armada, em prol da defesa de suas terras. Porém, após o evento, as forças de segurança efetivaram uma caçada queimando casas, prendendo, torturando e matando, sendo que as crianças e mulheres não foram poupadas da violência. Também há evidências de participação de Major Curió nesse evento (FIGUEIRA, 1996).
29/05/1980	Morte de Gringo – Raimundo Ferreira	Candidato a Presidente do Sindicato Rural de Conceição do Araguaia (PA), membro da CPT, líder rural, era a primeira vez que alguém do lado dos posseiros tinha reais chances de assumir o sindicato. Foi sequestrado, morto e torturado, cujo caso ganhou grande repercussão nacional (CAMPOS FILHO, 2013).
08/1980	Criação do Getat	Em decorrência do escândalo da morte de Gringo, o governo cria o Getat, que tinha por objetivo realizar uma reforma agrária, legalizando os títulos e fazendo regulações fundiárias. Com isso, legalizaram os 350 projetos aprovados desde 1966 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), garantindo a segurança nacional na visão do governo ditatorial (PINHEIRO, 2015) e aumentando os conflitos com os posseiros da região.
02/1980	Serra Pelada	A aproximadamente 100 quilômetros da região do Araguaia, é descoberta a maior jazida de ouro a céu aberto do mundo, atraindo migrantes de várias localidades. A ida para a mineração dos posseiros do Araguaia ajudou a diminuir a pressão sobre a região, amenizando os conflitos por terra, mas criando outros. Novamente, Major Curió é indicado pelo Presidente Figueiredo para controlar a região de Serra Pelada. Tal trabalho concedeu a fama ao Major no alto escalão do exército e do país (CAMPOS FILHO, 2013).
08/08/1981	Conflito do Cajueiro e culpabilização das Comunidades Eclesiais de Base	Trata-se do conflito entre posseiros de São Geraldo do Araguaia com agentes da Polícia Federal e Getat durante uma missa na Fazenda Cajueiro, região de disputa entre os camponeses e grandes latifúndios com apoio do governo. Com uma emboscada organizada pelas forças do Estado, os

	pelos conflitos agrários	padres Francisco Gouriou e Aristides Camio foram presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, ficando presos por dois anos. O governo culpa as Comunidades Eclesiais de Base por incitar os conflitos agrários na região. Nossa entrevistada estava presente nesse dia e ficou presa por 24 horas (CAMPOS FILHO, 2013).
30/07/1981	Major Curió é derrotado no Rio Grande do Sul no acampamento de sem-terra Encruzilhada Natalino	O Presidente Figueiredo, confiando na experiência nesse tipo de ação, envia Major Curió para acabar com um acampamento de sem-terra com 600 famílias. Tal fato fez aglutinar na região, no Rio Grande do Sul, sindicalistas, religiosos, militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. Após mais de dez dias de cerco pelas tropas, apoiadores dos trabalhadores conseguiram furar o cerco e o Major foi derrotado. Tal acampamento é considerado a origem do Movimento Sem Terra (MST) (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, c2017a).
16/04/1982 12/10/1982	Tiroteio na Fazenda Santa Maria em Conceição do Araguaia Criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários	Após invasão na Fazenda Santa Maria em Conceição do Araguaia, sete posseiros ficam feridos e um funcionário da fazenda morto (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, c2017b). Funciona como catalisador dos inúmeros casos de violência no campo, levando o Estado a criar o primeiro Ministério Fundiário. Tal órgão foi assumido pelo antigo comandante do Getat, instalando-se novamente na região do Araguaia um trabalho militar de expulsão dos camponeses e legalização de terras por grandes grupos (CAMPOS FILHO, 2013).
1984	Diretas Já	Grande movimento civil que reivindicava o voto direto para Presidente da República e significou a reabertura do Brasil pós-ditadura (NERY, 2010).
18/12/1985	Morte de João Canuto de Oliveira	Líder sindical em Conceição do Araguaia (PA) assumiu provisoriamente o Sindicato rural. Após muita luta, foi eleito pelos seus pares para defender os trabalhadores do sul do Pará na reforma agrária. Foi morto com 12 tiros por pistoleiros. O julgamento dos fazendeiros mandantes do crime levou 18 anos para acontecer (CONSULTOR JURÍDICO, 19/05/2003).
10 de maio de 1986	Morte de Padre Josimo	Grande líder religioso na região, conhecido por seu trabalho missionário e de apoio aos posseiros e às quebradeiras de coco, foi assassinado em Imperatriz no estado do Maranhão (MA) por pistoleiros. Em 1980, chegou a ser sequestrado de helicóptero em ação comandada por Major Curió (CAMPOS FILHO, 2013).
11/06/1987	Morte de Paulo Fonteles	Era advogado que, em 1976, defendeu as causas dos posseiros pela Comissão Pastoral da Terra, sendo também ex-dirigente do PCdoB e deputado estadual. Ficou conhecido por defender e denunciar as causas dos posseiros da região do Araguaia (CAMPOS FILHO, 2013).
17/04/1996	Massacre de Eldorado dos Carajás (PA)	Dezenas de posseiros, dentre eles os ex-garimpeiros, lutaram pela desapropriação de uma fazenda improdutiva, bloqueando a rodovia PA-150. Em luta armada com policiais, morreram dezenove posseiros e dezenas deles ficaram feridos (NOSSA, 2012).
24/05/2017	Chacina de Pau D'arco (PA)	Dez trabalhadores rurais foram assassinados por policiais na Fazenda Santa Lucia. Todos haviam ocupado a terra um dia antes na luta pela reforma agrária (CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS, 07/06/2017).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os eventos apresentados acima ajudam a demonstrar que diversos fatores contribuíram para que, na região do Araguaia, fossem instalados os conflitos fundiários mais severos: a Guerrilha do Araguaia e a disseminação de técnicas de luta, somadas à conscientização de direitos sociais, ao trabalho da igreja com as Comunidades Eclesiais de Base, à instalação de bases militares na região, à descoberta de grandes riquezas minerais, à proximidade com dois grandes rios (Araguaia e o Tocantins), entre diversos outros fatores que colaboraram para a ebulição que se tornou a região. Apesar de ter havido uma diminuição dos conflitos visíveis desde a ditadura, é notório que se trata de uma região com grande contingente de pessoas marcadas pelas violências produzidas pelas forças de Estado. “O caos fundiário e as disputas dele decorrentes são questões que o Estado brasileiro omite, obscurece ou minimiza (na medida do possível), porque elas fazem parte de um mundo distante, pioneiro e ‘selvagem’ — o interior da Amazônia” (LOUREIRO e PINTO, 2005, p. 89).

A Lei da Anistia fez com que os crimes cometidos durante a ditadura ficassem impunes e permitiu que recentemente o Major Curió fosse recebido pelo Presidente Jair Bolsonaro como herói,⁵ gerando mais violência sobre aqueles que tiveram seus corpos e mentes violados. Há na região do Araguaia centenas de pessoas com histórias a contar sobre seu sofrimento e sobre o que ocorreu durante todos esses anos. Muitas delas foram ouvidas durante os trabalhos da Comissão da Verdade, algumas foram indenizadas pelos danos morais e físicos sofridos, enquanto outras tantas aguardam até os dias atuais pelos direitos de reparação.⁶ Seus testemunhos são ricos e importantes para a compreensão individual de suas histórias e para a constituição de memórias da região e do país.

Testemunho

Várias frentes da ciência se debruçaram sobre os estudos do testemunho, que vão desde a história oral, a etnografia, a literatura, a filosofia, passando pela psicologia social com a análise de comunidades e a psicanálise com o olhar sobre os não ditos e os traumas instalados. No entanto, com certeza, o valor do testemunho foi reconhecido com os trabalhos acerca dos campos de concentração e o estado de exceção. Assim, será com a “era das catástrofes”, como descrita por Hobsbawm (1995, p. 15), que haverá a necessidade de se estabelecer a superação de dor e luto de forma mais coletiva, reafirmando-se o testemunho (SELIGMAN-SILVA, 2005). Podemos notar tal valor em situações como o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, que funcionou como testemunho e catalisador das dores provocadas por lutos não superados da escravidão e de seu sintoma, o racismo. Assim, inferimos de antemão que o testemunho oferta algumas características: a de fazer lembrar algo que é da ordem da vivência do individual e que reverbera no coletivo e a de permitir eclosão de sentimentos e simbolização.

O testemunho é marcado por oferecer aquilo que se vê na frente da batalha, sendo o olhar da guerra pelo soldado, do crime pela vítima, da atrocidade por quem a viveu. É ainda a possibilidade de ver pela lupa eventos históricos descritos pelo panteão do heroísmo e dos grandes feitos; mais que isso, é a possibilidade de enxergar eventos-limites da humanidade (SELIGMAN-SILVA, 2005; SOUSA, 2019). O testemunho pode ser percebido pela forma de diários, jornais, cartas, romances e memórias que se tecem através de narrativas. Encontrar livros com narrativas dos campos de concentração é mais fácil do que testemunhos, por exemplo, sobre a ditadura brasileira, sobretudo por termos assinado uma anistia ampla e irrestrita, não permitindo que muitas das histórias-limite do período fossem devidamente apuradas e vindas à superfície da sociedade. A escassez de narrativas desse momento se acentua principalmente quando se refere a pessoas comuns⁷ da Amazônia brasileira. Excetuando os guerrilheiros, captados pelo PCdoB à época, em sua maioria jovens universitários e/ou recém-formados, os camponeses da região do Araguaia que vivenciaram a guerra eram em sua maioria analfabetos, com pouca possibilidade de trazer suas vozes à tona.

Seligmann-Silva (2005), ao discutir a literatura testemunhal, estabelece uma diferença entre a realidade e a escritura, optando pela “chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste a representação” (p. 85). Assim, em outros termos, o testemunho caminha entre aquilo que foi elaborado e aquilo que foi recalcado como forma de se manter vivo, ou seja, é pela leitura dos não ditos, do silêncio e do que escapa sem sentido que se alcança a realidade psíquica.

Façamos uma ressalva aqui, como na literatura, de que não estamos a evocar uma realidade e verdade absoluta com relação a momentos catástrofes; não estamos a fazer história tal qual concebe o historiador, mas buscamos uma compreensão subjetiva daquilo que alimenta o individual e coletivo acerca de eventos-limite como foi e é a Guerra do Araguaia. Contudo, como defende Seligmann-Silva (2005) sobre a inexistência de um “grau zero de escritura” na literatura testemunhal, pois advém da narrativa de alguém que vivenciou momentos históricos, também consideramos que a realidade psicológica do sujeito não se limita apenas a si própria, pois é também representativa de uma história real. Dessa forma, devemos compreender o testemunho como verdade individual e referencial para a verdade coletiva, apesar de todos os limites de sua representação.

É possível demonstrar dois grandes eixos dos estudos sobre testemunho: o primeiro nos trabalhos europeus em função da Segunda Grande Guerra e o segundo é norte-americano, inspirado na América Latina, em decorrência das farras experiências com a ditadura, repressão étnica e de gênero, exploração econômica, entre outras, que culmina no conceito de “testimonio” (SELIGMAN-SILVA, 2005):

Dá se perceber hoje em dia uma ampla utilização do conceito de testemunho, não apenas para se tratar de sobreviventes da Shoah, mas também para sobreviventes de outras guerras, de genocídios e para qualificar o discurso, ou contradiscurso, das mulheres, das minorias, dos soropositivos, etc. (SELIGMAN-SILVA, 2005, p. 86).

Ainda, segundo o autor, podemos compreender o testemunho em dois cenários: primeiro como justiça histórica e o segundo como elaboração do passado traumático. Duas frentes, coletiva e individual, se entrelaçam nas testificações do ocorrido. Nessa esteira, é possível estender a ideia de testemunho para a Guerra do Araguaia, a fim de compreender aquilo que alimenta até hoje os conflitos locais. Seligmann-Silva (2005), em sua leitura inspirada pelo viés psicanalítico, verifica a possibilidade de entender memórias cindidas pelo trauma e incapazes de construir cadeias completas de significantes, alimentando a necessidade da repetição. A não elaboração do trauma por pessoas, comunidades e nação oferta como sintoma o reaparecimento da violência, que não cessa, posto que não elaborado.

É pela repetição da violência não simbolizada que se atualizam as dores sofridas. Nesse sentido, a morte de um negro por um policial branco funciona como testemunho, trazendo à tona a história dos “vencidos” e catalisando uma memória coletiva. Cabem uma ressalva e uma ampliação: o testemunho no caso ocorreu pela imagem, pela filmagem da cena em si e não pela descrição escrita da cena — “vivemos numa ‘era de testemunhos’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 92).

Da mesma forma, neste trabalho, o testemunho não será apresentado como documento escrito, carta, livro ou crônica, como faz Primo Levy, principal referência testemunhal do *Shoah* (holocausto). É pelas narrativas de pessoas comuns, que não figuram nos relatos da história oficial — posto que dominante —, que o testemunho se faz. Apesar da diferença, mantém-se a característica de uma narrativa em primeira pessoa e não ficção. Sousa (2019, p. 181) esclarece que “essas são narrativas que traçam as experiências singulares daqueles que foram tocados pela violência” e que, apesar disso, ainda conseguem estabelecer um nível de tecelagem do vivido.

Michel de Certeau (2002), em *A escrita da história*, dirá que as palavras permitem elucidar as “condições inconscientes da vida social” (p. 212), dando acesso àquilo que não está escrito e documentado, e sua escrituração, por sua vez, “produz, preserva, cultiva verdades não-perecíveis” (p. 214), desde que proteja o que está em sua origem. Estabelece o contraponto à negligência da memória, fazendo reabilitar o que não mais existia pela materialidade do registro da narrativa. Dessa forma, podemos dizer que a palpabilidade da violência sofrida na Guerra do Araguaia abre possibilidades no devir daqueles que conseguiram transformar em linguagem tais aspectos da ditadura. Em outros termos, a simbolização pela via do testemunho abre caminhos para práticas sociais de superação da experiência, além de confirmar “como a sociedade transformou o desaparecimento em política de Estado (SOUSA, 2019, p. 210).

Do trauma à luta por direitos sociais

As diversas violações impetradas pelo Estado na época da ditadura e os seus prolongamentos para além desse período produziram marcas e sofrimentos diversos naqueles que as vivenciaram. Dependendo das condições individuais e coletivas, tais situações se estabeleceram como um abalo, uma perturbação.

A experiência traumática não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre, fazendo com que o evento transbordante vá além dos limites da percepção, inviabilizando a sua simbolização. Esse mecanismo conduz ao esquecimento e ao recalque, elementos que levam a uma compulsão para a repetição da cena traumática. A volta constante à cena do trauma pode ser percebida nos sintomas, que são os sinais da experiência-limite (SOUSA, 2019, p. 184).

O trauma é a impossibilidade de se lembrar de algo em decorrência da dor que provoca, cabendo ao sujeito, como forma de prevenção psíquica, esquecer do acontecimento pela via do recalque. Tal mecanismo psicológico tem um custo alto, que é o de constituir sintomas que denunciam a não simbolização da vivência traumática. Ginzburg (2010) questiona: como representar o irrepresentável? Como colocar na cadeia de palavras atos que extrapolam a humanidade? Assim, como garantir a memória no testemunho daquilo que resiste ao horror? Certeau (2002) defende que, para escrever a história, são necessários os dois registros, o do dito (consciência) e o do não dito (inconsciência), marcando que nesses casos o trauma, na concepção freudiana, se faz presente.

As duas principais ações deliberadas pelo Estado brasileiro na Guerra do Araguaia, a saber, a tortura/extermínio sobre os corpos dos camponeses e os dispositivos criados para produzir o apagamento dos acontecidos, foram produtores de inúmeras violações psicológicas, sociais e jurídicas na região aqui estudada. De forma mais ampla, o período colonial brasileiro e os regimes ditatoriais produziram políticas autoritárias e violentas que constituem, desde sempre no país, uma continuidade que não cessa, como sintoma daquilo que não foi simbolizado. Especificamente, a violência é dirigida a grupos sociais representativos de excluídos e violados historicamente, cujo único objetivo é o que Han (2019), pautado em Agamben, chama de violência nua, que “visa a liquidação completa da alteridade” (p. 44).

A violência nua tem por objetivo o extermínio do outro, de suas vontades e querer. Não visa o controle dos corpos, mas o aniquilamento destes, posto que a brutalidade é sua dominância. Assim é a tortura: uma tecnologia de poder de baixa mediação. A lei é a da soberania completa sobre o outro, marcada no corpo pela via da tortura: “O corpo do torturado tem signos. Ele é um memorial, é algo que significa” (HAN, 2019, p. 70). As marcas no corpo físico e social do brasileiro

estão expostas às diversas impossibilidades de um trabalho de elaboração psíquica, mesclando sofrimento e dor insuperáveis, justamente pela impossibilidade de trazer o trauma à baila.

Para Certeau (2002), narrar o passado permite estabelecer um rito de sepultamento dos mortos, estabelecendo um luto passível de superação do evento traumático, de modo a instalar o novo e escapar tanto do ressentimento quanto da repetição. As políticas de esquecimento e apagamento da memória caminham na contramão, pois impedem o estabelecimento da saúde mental e do bem-estar coletivo e lutam contra a memória que se esforça em aparecer no campo social. Gagnebin (2010) diz que, em todos os lugares em que foi instalada, a política da anistia serviu apenas para apaziguar temporariamente a nação, mas não garantiu “uma coexistência em comum duradoura” (p. 179), por ter caráter de uma política de “sobrevivência estratégica” (p. 179) de apaziguamento imediata, uma “calmaria provisória” (p. 179), sem se estabelecer como esclarecedora de violação de direitos nem reconciliadora dos diversos lados sociais. Nesse sentido, por seu caráter duradouro, funciona como amnésia institucional do país, com manipulações estratégicas que ajudam a negar os fatos e controlar a memória social.

Em países como a África do Sul, a Comissão da Verdade poderia até anistiar um criminoso, mas somente após este ter confessado e esclarecido a verdade sobre os crimes, reestabelecendo memórias de algozes e vítimas. Nesse caso, o percurso estabelecido é o da narrativa (GAGNEBIN, 2010). O caminho da anistia brasileira foi outro: o perdão ocorreu perante o silêncio, o não-dito, o não reconhecimento de corpos e de mortos, o apagamento da memória. Não lidamos com nossas feridas, que retornam nas violências cotidianas materializadas nos extermínios da diferença e alteridade. É a repetição freudiana, como sintoma do não elaborado: “O silêncio sobre os mortos e torturados do passado, da ditadura, acostuma a silenciar sobre os mortos e os torturados de hoje. Todos encarnam, mesmo que sob formas diversas, a figura sinistra daquele que é reduzido a vida nua” (GAGNEBIN, 2010, p. 185).

A volta constante do não elaborado atestou ao longo do tempo a possibilidade de uma guerra contínua no Araguaia, perceptível no presente pelos inúmeros casos de massacres nas lutas fundiárias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, [s.d.]). O silêncio do e sobre o passado colocou-nos como resignados e impotentes diante da luta no campo do político, como se os buracos da memória coletiva impedissem as amarras e a unidade em torno da superação das exclusões sociais.

Apesar de, em 2011, o governo brasileiro instituir a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de apurar os crimes de Direitos Humanos entre os anos de 1964 e 1988, resultando disso relatórios, audiências públicas e reconhecimentos, o trabalho não levou a punições dos algozes, nem ao encontro de informações completas sobre os desaparecidos. Assim, das 29 recomendações ao Estado, 18 não foram efetivadas, dentre elas a revisão da Lei da Anistia, assinada em 1979 pelo Presidente Figueiredo, que impede que pessoas sejam acusadas de crimes da ditadura. Persistem

as lacunas, os silêncios e os não ditos que abrem caminhos para mais retrocessos nas políticas atuais, culminando nas sucessivas tentativas do atual presidente em rever as interpretações históricas dada ao golpe de 1964 e à ditadura. Este fato já havia acontecido em 17 de fevereiro de 2009, quando o jornal Folha de S. Paulo (SAKAMOTO, 22/02/2009) se referiu ao período como “ditabranda”, o que provocou reações em diversos setores da sociedade:

O Brasil ser o único país dos que foram submetidos às grandes ditaduras pró-capitalistas latino americanas da segunda metade do século XX que não puniu, nem disponibilizou informações a respeito das práticas de exceção hediondas cometidas por agentes públicos no período, é um dado forte o suficiente para caracterizar nossa desmobilização real, complacente e também portadora de um momento de sadismo (AB’SÁBER, 2010, p. 188).

Para Ab’Sáber (2010), somos uma exceção civilizatória e sem arrependimentos históricos, restando tudo da ditadura militar: autoritarismo, exclusão, controle privado do espaço público. Aquilo que não é acolhido se esforça em voltar; assim o são as memórias escondidas de violências individuais e coletivas sofridas. A superação desse processo somente é possível pela via da elaboração psíquica que permita o luto e o restabelecimento da vida. Lembrar, narrar, testemunhar coloca o trauma no campo do discurso, “sepultando” e “honrando” (CERTEAU, 2022) o passado e abrindo as portas do presente, que livre não precisa mais repetir as amarras de seu passado.

Apesar de não termos superado as lacunas de nossa história e irrompido uma subjetividade coletiva, individualmente alguns, e por motivos diversos, conseguiram transformar a dor e o ressentimento em elaborações sucessivas, eclodindo sujeitos históricos com potência política de busca pela vida. Consideramos que a simbolização e a transformação do sofrimento em luta por direitos sociais deveriam fazer parte de uma política nacional de reparação que permitisse a constituição de mecanismos sociopolíticos de elaboração da violência ditatorial, o que, infelizmente, não ocorreu em nosso país. No entanto, isso não impediu que alguns atores sociais conseguissem estabelecer os próprios caminhos de superação.

Dessa forma, pelos mecanismos individuais psíquicos e pela forma como se colocaram no social, alguns atores sociais reestabeleceram laços e desataram nós sobre o próprio passado, permitindo a potência construtiva no presente. A tessitura de suas vidas foi se fazendo incluída nas práticas dos falantes, de modo a afastar a doença das brechas deixadas pela linguagem e assumir-se dono de si e da própria história. A superação estabelecida por alguns ocorre pelos mecanismos conhecidos pela psicanálise de desvelamento do trauma. Dependendo do lugar social ocupado, o sujeito tem mais facilidades de se fazer ouvir e, sendo acolhido, de eliminar o recalque, acabando com a terrível sina de repetição da dor pela via do sintoma.

Kehl (2010) coloca que o primeiro passo para superar o recalque das violências vividas na ditadura é conseguir espaço para tornar públicas as histórias de luta. Falar sobre o ocorrido, de

preferência no espaço público e com os devidos reconhecimentos por parte dos perpetradores de violência, seria a condição ideal de superação. Porém, isso não foi possível em nosso país, apesar das vítimas não se recusarem a falar sobre o tema, tendo em vista que “os estrondos foram inaudíveis para os ouvidos dos que nada queriam escutar” (KEHL, 2010, p. 128). Realizar um trabalho de fala-escuta traria como resultado a cura das pessoas, das instituições e da sociedade, podendo acabar com o ciclo de repetição dos não-ditos que se manifestam nas violências policiais, por exemplo.

A possibilidade de suplantação do trauma depende dos caminhos que a pulsão individual tomará. Assim, se a força emocional for dirigida ao recalque, o sujeito irá da atividade à passividade, porém, se ela for dirigida à sublimação, se constituirá como traços disruptivos de canalização do sofrimento e de construção de algo. Birman (2010), baseado em Freud (1996c), dirá que a sublimação implicará a constituição de novos objetos de investimento pulsional, os quais devem ser socialmente e culturalmente valorizados, a fim de provocarem satisfação. Nos escritos freudianos, a sublimação como transformação da pulsão em algo produtivo socialmente foi devidamente estudada, principalmente quando se configurava em arte, mas pouco apreciada em sua relação com a política: “o registro da política ficou no segundo plano, para sermos generosos com esta tradição, pois se poderia até mesmo dizer que ficou completamente esquecido e como foi mesmo descartado pelo discurso psicanalítico” (BIRMAN, 2010, p. 536).

Ao considerarmos que a sublimação permite a constituição de um laço social que se estabelece pela política, os sujeitos da Guerra do Araguaia que se enveredaram por tais práticas tiveram mais condições socioemocionais de lidar com os traumas estabelecidos. Tais proposições são condizentes com a composição metapsicológica estabelecida pela psicanálise freudiana, que estabelece que a sublimação permite o caminhar do patológico ao normal e deste para o social (FREUD, 1996b). Consiste na reestruturação da economia psíquica, que permite o investimento em objetos socialmente valorizados: “A sublimação pode ser definida como uma saída pulsional dotada de uma nobreza que lhe é peculiar e que remete a um ato de realização sublime, conforme o próprio termo indica” (CATÃO, 2011, p. 79).

Não nos debruçaremos sobre os processos específicos da elaboração da sublimação e da economia psíquica, amplamente percorridos nos estudos psicanalíticos. Ressaltamos apenas que a dor, nessa teoria, tem o papel ambíguo de aniquilar por um lado e de constituir forças, por outro (FREUD, 1996a). Quando existem condições, ocorre uma reorganização do aparato mental, de modo a dar suporte às ações sociais valorizadas. Dessa forma, identificamos que alguns sujeitos vítimas da violência de Estado típicas da ditadura civil militar e da Guerra do Araguaia conseguiram se reorganizar, sublimando suas forças para ações políticas de lutas pelos Direitos Humanos, conforme veremos nos resultados.

Metodologia e apresentação dos resultados

Forneceram seu testemunho às pesquisadoras duas pessoas vítimas da Guerra do Araguaia,⁸ no ano de 2020, como parte do trabalho de campo que tinha por objetivo coletar testemunhos de vítimas de violência de estado durante o período da ditadura civil-militar, a fim de avaliar as subjetivações produzidas em função dos eventos. Estas demonstraram apreço em falar de suas histórias e chegaram a se empenhar na facilitação dos acertos para os encontros das entrevistas. A primeira, D. Odalice,⁹ 67 anos, viúva de um militante político assassinado em função de seus combates, assumiu as próprias lutas durante a Guerra do Araguaia, tornando-se grande liderança, vigiada e perseguida pelo SNI. O primeiro encontro foi realizado na sala de espera de um hospital privado na cidade de Araguaína (TO), enquanto esperava por atendimento médico; o segundo momento aconteceu em sua casa em São Geraldo do Araguaia (PA). O segundo, Seu Dário,¹⁰ 69 anos, nos recebeu em sua casa em São Geraldo do Araguaia (PA), na sala cuidadosamente arrumada, com quadro com as fotos dos guerrilheiros na parede, vestindo uma camisa com a foto de Paulo Fonteles, e falou livremente.

As narrações foram gravadas e transcritas. Passaram por análise de conteúdo, o que permitiu construir categorias de análise que auxiliam na identificação do percurso pessoal, por um lado, e na compreensão de algumas táticas utilizadas pelo Estado, por outro lado. No Quadro 2, explicitamos as categorias.

Quadro 2: Categorias de análise

Nível amplo	Nível específico	Descrição
Operando consigo mesmo	Constituição do trauma	Relatos de situações consideradas formadoras de traumas físicos e emocionais.
	Sinais de adoecimento	Exposição de quadros de alterações psicológicas e físicas.
	Testemunho e sepultamento do passado	Possibilidade de assumir o sofrimento pela via da palavra como forma de vivência de luto e abertura para a vida presente.
	Sublimação: a política como saída	Canalização do sofrimento emocional para a luta política.
Percepção de Estado	Violência (cúmplice) de Estado	O juízo de que a violência propagada é resultado de política de Estado. Constatação da participação da elite na propagação da violência durante a Guerra do Araguaia. Percepção da vinculação entre Estado e elite na produção da violência.

Fonte: elaborado pelas autoras.

No nível “Operando consigo mesmo”, apontamos como os sujeitos estabeleceram suas amarras psíquicas e como as superaram. Na categoria “Constituição do trauma”, a causa geral dos dois pesquisados foram os procedimentos de atuação do Estado no combate ao que consideravam ser insurgentes comunistas. D. Odalice foi vítima em vários níveis: primeiro, pela morte de seu marido, à época agente da CPT, candidato a presidente do sindicato rural de Conceição do Araguaia (PA), num momento em que as forças de Estado consideravam como prioridade máxima manter um controle ideológico sobre as instituições; posteriormente, ao assumir-se como liderança juntamente ao trabalho das Comunidades Eclesiais de Base com os padres da região, teve sua vida marcada por ações de violência; por fim, pelo fato do cartório em Araguaína se recusar a refazer o registro de óbito de seu marido, quando da liberação do documento da Anistia, em que dizia que ele foi morto em decorrência de perseguição política típica da ditadura. Podemos identificar em seus relatos:

— Aí se envolveu na questão da igreja... na pastoral da igreja... na época da guerrilha... a gente morava a 88 quilômetros de São Geraldo... mas... a guerrilha afetou a gente no sentido assim... de que naquela época... quem era contra o governo... era tido como subversivo... né? Que era a palavra da moda... subversivo... então, meu marido, ele escrevia muito e ele orientava os lavradores dos direitos... então, ele foi perseguido... por duas vezes... eles foram em Itaipava pra prender meu marido... nós aproximamos da Igreja Católica... e lá [com] o Dom Pedro Casaldáliga... não sei se você já ouviu falar dele... né... e a gente pegou assim algumas práticas do que era... a reforma agrária... como era o trabalho da pastoral voltado pra (...) as comunidades [especiais] de base... e aí nós voltamos... já no final da guerrilha... mas ele foi perseguido... ele foi preso justamente porque ele falava... (D. Odalice)

—E ele foi preso justamente por isso... porque... ele... ficou do lado dos lavradores... e Conceição do Araguaia tinha um sindicato que não tava do lado do trabalhador... era do lado do fazendeiro... né? Começou a questionar... aí ele foi indicado como candidato na chapa do sindicato... aí ele começou a fazer a campanha dele... aí nesse período que ele foi assassinado... porque ele... ele... orientava os trabalhadores sobre dos direitos deles... que a terra era de quem nela trabalhava... e trabalhava na paróquia... e naquela época o padre ele pegava o evangelho e lia... né? E interpretava levando pra vida... (D. Odalice)

Após o assassinato do marido, D. Odalice continua sendo violada de outras formas, instituindo outros níveis de trauma, conforme vemos a seguir:

— Com palavras... eles diziam que eu tinha mandado matar meu marido... pra ficar morando mais os padres... porque a minha casa era do lado... eles fizeram uma casa... e eu fiquei morando com meus filhos... eles diziam que eu era [amasiada] com um padre... que eu mandei matar meu marido pra ficar com o padre... que eu era incentivadora... que eu que mandava matar as pessoas... e que se eu não falasse que o padre era comunista... que eles iam fazer comigo o que um homem fazia com a mulher... que eles iam me levar lá não sei pra onde e fazer de mim o que eles bem entendesse... isso eu passei a noite todinha sendo ameaçada desse jeito... eles na casa paroquial... pegando tudo... revistando tudo. (D. Odalice)

Dona Odalice passou pela morte do marido, tortura do irmão durante a Guerrilha, foi presa durante o Conflito do Cajueiro e ameaçada psicologicamente para entregar os padres, em diversas

formas de violência. Por sua vez, Seu Dário, trabalhador nas fazendas de vários guerrilheiros e casado com uma professora, que juntamente com seu cunhado e demais posseiros se uniram para defender suas terras das investidas de expulsão provocadas pelo Estado, fazendeiros, jagunços, foi vítima das mais diversas formas de violência e trauma, como podemos aferir nas próximas falas:

— Vieram a polícia mesmo... e vinha atirando em nós... arreunimos [sic] e ficamos [sic] num lugar de muita pedra... né? E eles vinham atirando... quando eles chegaram perto... aí nós dividimos umas quatro turma [sic]... pro lado... pra outro... né? E quando eles chegaram... fizeram fogo... eles vinham atirando mesmo... de arma boa... né? Eles tinham... e nós não... só umas cartucheirinhas e por fora... né? E aí teve o confronto... teve o confronto... mas em compensação... a repressão muito dura... nós não tinha como resistir... né? E aí nós fomo (sic passim) preso... fomo pro presídio... né? Minha mãe... meu pai correu... se escondeu no Tocantins... né? Mas nós fomo... eu... meus cunhado... fomo todo mundo preso... e foi muita gente... Naquela época nós viemos mais de quinhentas pessoas aqui... aqui nessa/no Incra... né? Que nesse tempo a cadeia era no Incra... No fundo do Incra tinha umas casas... que lá eles prendiam as pessoas... e nós... os posseiros... (Seu Dário)

— Teve o fogo mesmo chegava polícia de todo lado e pegava até a pessoa que tava pescando na beira do rio e batia... torturava mesmo... e eles chegaram na beira do rio... Quem pegava era batendo [sic] e torturando mesmo... e também usando as mulheres dos companheiros... né? (Seu Dário)

Um dos maiores traumas vividos por Seu Dário não nos foi narrado, mas está disponível em vários trabalhos (CORRÊA, 2013; CAMPOS FILHO, 2013): sua esposa foi considerada uma das principais lideranças do Conflito dos Perdidos e, entre muitas torturas, sofreu estupro público coletivo. Mesmo nos trabalhos que narram tal situação, aparece a ressalva que Seu Dário não fala sobre o assunto, demonstrando dificuldade em elaborar a dor provocada pela situação e sinais de adoecimento em função disso. Percebemos também indícios de adoecimento nas próximas falas de D. Odalice:

— Na época que o meu marido faltou eu me vi com seis filhos... sem ter nada... nenhuma orientação... tinha só o ensino até a sétima série naquela época... aí... eu passei... depois meus filhos foi crescendo... aí eu fui assim... tendo mais medo de seguir... porque... meu marido já tinha sido morto... eu era ameaçada... meus filhos precisavam de mim... aí eu fugi um pouquinho da luta... (D. Odalice)

A situação de violência fez com que D. Odalice se afastasse de suas atuações como líder da igreja, pois o medo se apresentou não somente como forma de proteção individual e familiar, mas como forma de não enfrentar as dores provocadas por tantas intercorrências. Uma das ações do Estado marcaram-na muito: o exército fez uma montagem com uma foto sua e de um padre, acusando-a de ter matado o marido para ficar com o amante. O panfleto foi distribuído por toda região:

— Eu fiquei arrasada... e o pior... que nós ia [sic] pra zona rural... e as pessoa da zona rural eles não entendia... sabe? Eles passavam jogando de avião... e ela pegaram aqueles panfletos e pregaram nas paredes... "olha dona Neide... sua foto aqui... ôô mais a senhora tá bonita...", "olha minha filha... sua mãe é uma sem-vergonha... ela mandou matar seu pai ora ficar morando mais os padres...". Mas isso me dói tanto... (D. Odalice)

O maior sinal de adoecimento de D. Odalice veio com a utilização de bebida alcóolica:

— Entrei foi pra bebida... teve um momento que eu comecei ficar alcoólica...eu comprava e bebia... nunca tinha bebido na minha vida... aí eu comecei ficar com vergonha... O bispo... foi à inauguração da igreja... aí o bispo levou dois litros de [cachaça] 51 de presente pra mim... Eu fiquei com vergonha... pra esquecer... ora esquecer tudo aquilo que eu passei... os meus filhos criados sem pai... sem o carinho do pai... (D. Odalice)

A bebida funcionava como escape emocional da realidade, mas foi pela elucidação da doença que percebeu o problema, pois o presente que ganhou do bispo a fez ver com lupa a própria situação. A percepção do problema e as sucessivas avaliações que faz da vida permite que seu testemunho sepulte o passado, ou seja, conforme Certeau (2002), ao narrar e elaborar a própria vida, é possível diminuir as lacunas da história individual e encontrar forças para viver o presente:

— E o que eu tava fazendo era correto... e sabe... eu tinha o apoio do meu pai... da minha mãe... que me deu todo apoio... cuidava dos meninos... enquanto eu trabalhava e eu fui fortalecida assim... desse jeito... entrei com o pedido de reparação... né? Da União... do Estado... e recebo um salário que dá pra mim viver... não é assim pra dizer que eu vivo bem... mas dá pra mim viver do jeito que eu vivo... hospital... casa... de vez em quando pago uma excursão... viajo... (D. Odalice)

Com apoio familiar, da igreja e, mais recentemente, com a política de reparação,¹¹ D. Odalice pôde sepultar melhor o passado e aproveitar um pouco a vida. Pode viajar, tem um companheiro, mas não se furta de lembrar:

— Eu choro... eu choro... tem noite que eu choro... quando a gente se reúne... que a gente sempre é família... todo domingo a gente almoça todo mundo junto... e aí quando a gente começa contar... lembrar, eu choro... aí eu choro muitas vezes escondido pra não chorar na vista deles... (D. Odalice)

Seu Dário também consegue elaborar aspectos de suas vivências passadas, justificando para si mesmo os direitos que tinham de usufruir da terra e apoiar os guerrilheiros, conforme segue:

— E a terra num era voluto... né? Era de Deus primeiramente... depois era voluto... e aí nós... pode morar [sic]... Eles foram... humano... todo o tempo... por nós trabalhador... na região os camponês [sic]... nós demos graças a Deus... Deus no céu e eles que veio e deu assistência... porque nesse tempo... (Seu Dário)

A próxima fala de Seu Dário é bastante elucidativa ao demonstrar a capacidade de elaborar a noção de justiça, independentemente do lugar de Estado. Assim, verifica que muito do que foi feito aconteceu em função de sucessivas injustiças sociais:

— Aquele mais tristeza [sic] do mundo... porque... eles pra dar justiça/prá fazer justiça faz injustiça... né? Que ao invés de fazer o bem... de percurar [sic] pra saber... convocar as pessoas... né? Não... chega pra matar ou torturar... humilhar mesmo... Entonce nós acreditemo [sic] que a justiça depois é uma tristeza... a ditadura... nós não quer que... eu... pelo menos... minha parte... eu não quero que a ditadura volte no Brasil mais... né? Nós também

passemos [sic] e tamos [sic] vivos porque Deus é pai... pois é... É muito ruim a gente confiar na justiça e as pessoas da justiça fazer injustiça... (Seu Dário)

Além de elaborar a situação, faz uma avaliação ética do ocorrido, condenando os procedimentos utilizados e a própria ditadura militar. Consegue avaliar sem negar o sangue derramado:

— Foi conflito... morreu muita gente... foi muito sangue derramado... dos trabalhadores e daqueles que às vezes o fazendeiro pagava pra ser pistoleiro... né? E morria também... né? A gente vê que a situação... né? Dos conflitos... né? Que entra os poderes... né? Tem deles que morre inocente... né? Coitado... né? Pensando que é uma coisa pra ganhar dinheiro... né? Que no fundo quer dizer... é uma pessoa fazendo injustiça contra os mesmos irmãos... né? Os irmãos contra uns aos outros... né? Que isso não deve acontecer. (Seu Dário)

Sua avaliação tem a sensibilidade de ver que muitos dos jagunços também foram vítimas do processo, uma vez que eram pessoas pobres, trabalhadoras que, iludidas por poder e dinheiro, matavam e eram mortos por companheiros. Na próxima fala, Seu Dário menciona várias pessoas que foram mortas na região. O primeiro citado é o Gringo, depois João Canuto, Padre Josimo:

— Naquela época o primeiro sindicalista [Gringo] que... foi trabalhar bem... dos camponês [sic]... que mandaram matar... depois disso teve mais conflitos de camponês que morreu... João Canuto... né? Rio Maria... tem diversos camponês [sic] que foi morto pela luta... defendendo o povo... né? No estado do Pará... no Brasil a fora... né? Que foi o caso do padre também... lá do Bico do Papagaio... né? Padre [Josimo]... né? (Seu Dário)

Quando se sepulta o passado, é possível abrir novas frentes. O nível “Sublimação: a política como saída” aparece explicitamente no caminho dado à vida por D. Odalice:

— Em oitenta ele foi assassinado... aí eu fiquei... eu substituí ele na pastoral... e na época eu fiquei muito revoltada... né? Assim... porque eu fiquei com seis filhos... não tinha uma profissão... Aí eu fui trabalhar com os padres na pastoral de São Geraldo... e eu voltei a estudar... aí terminei o meu ensino médio através de supletivos... aí fiz concurso... fiquei na prefeitura... trabalhava na paróquia... e depois eu fiz um curso superior de história... Eu falei... “a única maneira de vingar o meu marido... é fazendo as mesmas coisas que ele fez...” orientando... (D. Odalice)

Ainda se referindo à difamação provocada pelos panfletos criados e distribuídos pelo exército, D. Odalice cita que fizeram com que ela tivesse mais vontade de lutar:

— São Geraldo eles jogaram... Xambioá eles jogaram... na zona rural onde tinha comunidade eles jogavam... pois é... Eu me senti assim... fracassada... mas na mesma hora eu me sentia... fortalecida assim... com vontade de ir pra luta mostrar pra eles que não era aquilo...em São Geraldo... aí apareceu aquele projeto da ONG Repórter Brasil... que convidou os diretores das escolas... pra participar de um encontro... A gente ia trabalhar o problema do trabalho escravo... aí naquela hora eu vi uma luzinha no final do túnel... né? ... “Eu vou voltar de novo a lutar por uma coisa que eu acho que é justa”... Aí eu... nós pegamos... o colégio abraçou a causa... nós trabalhamos o projeto uns três anos... (D. Odalice)

Conseguiu expandir a si mesma e, ao mesmo tempo que fornecia elementos e força para luta de outras pessoas, se fortaleceu como ser humano:

— A gente conseguiu algumas coisas... As pessoas denunciavam o trabalho escravo nas fazendas... ali na região de Piçarra... São Geraldo... as pessoas da zona urbana... os assalariados/ os comerciários... os que trabalhava no comércio... abriu a mente deles pra questionar o horário que eles trabalhavam... o problema de estudar e não ter o direito de chegar no horário correto... né? (D. Odalice)

Notamos o mesmo movimento de busca pela via da política em seu Dário: “ele não vai tomar nossa terra... porque nós/ quando eles chegaram nós já tava [*sic*]... e nós tem os direitos... é pequeno... mas nosso direito de dez... vinte alqueires... nós tem... né? Tinha na mente... né? Porque a gente... naquele tempo... né?” (Seu Dário).

A próxima narração expõe o cerne do Conflito dos Perdidos, pois os órgãos de governo se organizaram para demarcar as terras em que os posseiros já viviam há muito tempo. No relato a seguir, Seu Dário diz que as técnicas adquiridas com os guerrilheiros (“terroristas”)¹² foram utilizadas para lutar:

— Fundação Brasil Central¹³... que é uma empresa maior... que aí queria tomar daqui de perto de São Geraldo até perto de Itaipava e 50 quilômetros aí pra dentro... de vez em quando mandava fazer um pique lá... pra separar... e aí nós (*sic passim*) começamos a se unir... e quando eles ia fazer o pique... nós ia... ia um bocado de homem e suspendia... né? Suspendia... e aí nós... tem que se organizar e arrumar uma pessoa pra caçar um direito... mas nós já tinha aquela organização... que os terroristas... que o povo dizia... que chegaram pra acabar com eles... né? Que era terrorista e a gente sabia que não era... e chegou esses outros pra tirar nós da terra... aí nós disse [*sic*]... “isso aí não tá certo...” porque nós já morava um tempo... né? Dez... vinte anos... né? E pra nós sair da terra... nós/ não dá certo... aí esse gerente mandava dizer que nós tinha [*sic*] que sair da terra... que a terra tinha dono... e aí nós dizemos/ aí arrumemo [*sic*] um cunhado meu... pra fazer a vaquinha... pra ir/ vir aqui no São Geraldo... no Inkra... dar parte que nós não ia sair da terra... nós não ia sair da terra... (Seu Dário)

Seu Dário expõe que lutaram em nome dos filhos, em nome da fome, pelo direito de sobreviver. Demonstra consciência política, herdada dos terroristas, com relação ao direito à terra e à união dos posseiros:

— Entonce [*sic*] nós vamos se organizar também... os morador mais antigo [*sic*]... né? Fez reunião... (...)... disseram... “é o jeito... porque nós não vamos deixar nossos filhos chorar de fome... e nós tem que se organizar... a união que traz a força... nós unido... nós vamo enfrentar... pois é... então nós vamo [*sic*] enfrentar...”. Aí juntou mais uns duzentos homens... e aí... “e agora nós tem que ficar esperto... porque eles vão fazer o pique mesmo...”... Não tem pra quem nós apelar se não ser a união nossa... confiar nuns [*sic*] aos outros... porque a justiça depois que eles se vende pros grandes e poderosos... eles não quer [*sic*] saber de pequeno não... né? E aí nós unimos... né? Em bem de nossos filhos... de nosso povo... pra comer... o pão de cada dia... (Seu Dário)

Mesmo depois de ter vivido os momentos mais conflituosos da Guerra do Araguaia (Guerrilha do Araguaia, Conflito do Cajueiro, Conflito dos Perdidos, entre tantos outros), ele não cede à passividade, unindo-se para formar o PCdoB local:

Que também quero falar que naquela época... né? Nós achamos... só quem defendia nós era os padres... daquela época... que foi também preso os padres mais nós... Aí depois veio o Paulo Fonteles... depois passou/liberou os nossos processos... tinham rasgado os nossos processos... aí ele veio na região... aí fez a reunião com nós e criou o partido do PCdoB... Partido Comunista do Brasil... né? que ele declarou que uma boa parte daquele pessoal da guerrilha era do PCdoB... e tinha outros... porque... democracia... né? As pessoas quando vê [sic] que tá errado... aqueles do bem... né? Se une com os outros companheiros... né? Mas... o compadre Amaro... veio... aí nós criou [sic] o partido... aí o primeiro presidente do PCdoB... no nível do município... foi o compadre Amaro... (Seu Dário)

A consciência de Seu Dário é pautada por uma visão humanista e religiosa, não por uma ideologia comunista, conforme pode ser compreendido pela fala a seguir:

— Por isso que eu tenho uma ideiazinha [sic]... não é muito formado... mas é aquilo que a gente deve... nós tamo [sic] em cima da terra com a licença de Deus... pra nós defender os nossos irmãos... não só por causa do dinheiro... do poder... é o direito... de nós defender uns aos outros... (Seu Dário)

O testemunho de D. Odalice e de Seu Dário demonstra que ambos, individualmente, traçaram as próprias lutas para superar suas dores, encontrando como saída subjetiva a sublimação pela via da política. Tal posição psicológica coloca-os em lugar de liderança política e de denunciadores de um estado de permanente violação dos direitos sociais e humanos. Dessa forma, em suas narrações, é possível perceber o que chamamos de “Violência (cúmplice) de Estado”, ou seja, tanto para ocupar como para controlar a região, o governo brasileiro utilizou de estratégias de controle que permitiram a violação por parte de agentes públicos, como o exército, o Incra, entre outros, como também autorizou e foi cúmplice de crimes cometidos por fazendeiros, empresários, jagunços, que favoreciam os objetivos do Estado brasileiro. A seguir, D. Odalice relata, já depois da redemocratização, que recebeu proteção policial por estar sendo ameaçada, mas que isso lhe causou mais apreensão ainda, clareando a relação Estado-crime:

— Aí nessa época eu fui... perseguida... eu fui ameaçada... eu fui em Conceição... procurar segurança... fui em Brasília... aí lá eles mandaram que na época... ((inaudível)) na época eu fazia supervisão de escola... né? pelo município... ia na zona rural... aí eu com medo... eles colocaram um policial pra me acompanhar... aí eu tinha mais medo ainda... né? ((risos)) porque na época... a polícia fazia... né? (D. Odalice)

Nos trechos a seguir, Seu Dário também mostra a união estabelecida entre forças públicas e empresas privadas no controle da região, quando do Conflito dos Perdidos:

— E nisso o trem tava organizando... Esse grupo do Incra... junto com o governo do estado... né? Combinado... com essa empresa muito poderosa e a gente vendo que nós não tava [sic]/ não achava direito... Aí o pessoal do

Inca disse “agora tem que fazer o pique mesmo... trazer polícia...”. Aí convocou do estado... né? E levou caixa de bala lá pra Boa Vista... “Olha... entrou um bocado de polícia... com caixa de bala...” e a polícia... a PM acompanhando... e pistoleiro junto... né? Que nesse meio... naquela época não tinha justiça... né? Porque a ditadura... né? Não tinha pra quem dar parte... nós enxergamos que nós não tinha [sic]... os homens das leis não protegia nós... né? E a ditadura começa lá em cima... no presidente... desce pro governo do estado e desce pros municípios... que/ quando ele quer [sic] fazer alguma coisa... e não acha alguém/ nós... ainda mais nós fraco [sic] da região... (Seu Dário)

A percepção de Seu Dário sobre a ditadura é novamente proferida, além de demonstrar que hoje as armas contra a população brasileira são mais sutis, porém eficazes. Ressalta sobretudo a visão distorcida que se criou sobre o Partido Comunista do Brasil:

— E aí a gente tem um certo conhecimento que a gente não conforma com a ditadura... né? O sofrimento que eu sofri e vi muita gente sofrendo... e injustiça muita... e eu sou um pouco revoltado com a injustiça que tem... né? Nós vê [sic] que no nosso Brasil... né? Nós passemos [sic] por muita dificuldade e agora a gente vê que o nosso Brasil tem um tipo de ditadura... não é... mais com uma arma... né? Mandando matar... mas é um negócio muita injustiça que tá tendo contra o povo brasileiro... fundamo [sic] o partido e tudo... nós fomo [sic] candidato vereador... mas não ganhava... por causa que é queimado... o exército queimou o partido... uma partido que toma os treim [sic] dos outros... toma a mulher dos outros... toma a terra dos outros... Fizeram aqueles comentários que ficou... que muita gente ficou com medo de nós também... né? Por causa que nós fomo contra aquele regime daquela época... né? E aí muita gente não conhece... né? Tem muita gente sabida... inteligente... né? As politicamente é desinformado... (Seu Dário)

Os dois entrevistados ofertam com seu testemunho exemplos de superação, de luta e de atividade tanto individual quanto coletiva. Demonstram que sozinhos, sem auxílio de um processo adequado de reparação coletiva, conseguiram travar seus conflitos e abrir frentes coletivas e individuais.

Considerações finais

O trabalho apresentou o testemunho de dois personagens que participaram ativamente da Guerra do Araguaia, D. Odalice e Seu Dário, com o objetivo de demonstrar, por um lado, os caminhos traçados por eles para superar as inúmeras violências sofridas pelo Estado e, por outro, denunciar os desmandos políticos na região. Ambos foram torturados, perseguidos, difamados e, mesmo assim, encontraram formas de se reorganizarem psicologicamente. Travamos aqui a hipótese de que suas redes sociais permitiram que, em diversos momentos, seus testemunhos fossem acolhidos, elaborando e constituindo uma rede de linguagem harmônica entre corpo, memória e vivências. O apoio familiar e social auxiliou no sepultamento do passado, na ótica de vê-lo e dele falar sem ser aniquilado pela dor que as lembranças produzem. A elaboração simbólica da dor abriu espaços para o devir político, fazendo com que assumissem lugares de liderança, de modo a reescrever o sentido que tal posição tem em suas vidas e na história da região.

Por outro lado, os testemunhos dos dois reafirmam a ideia explicitada em alguns trabalhos de que havia uma comunhão entre o Estado e o crime e que foram ratificados em 2018, após a Agência Central de Inteligência (CIA) divulgar documentos sobre a ditadura brasileira apontando que o general Ernesto Geisel autorizava o assassinato de opositores do regime militar. Mais que isso, o Estado brasileiro adotou como política para a região do Araguaia a expulsão dos posseiros e a distribuição de terras para grandes empresas, fazendeiros e empresários, na tentativa de manter um controle social numa localidade estratégica e naturalmente rica. Para dar cabo de sua proposta, utilizou de dispositivos de controle investigativo, manipulação de informações, tortura e mortes. Os jagunços e pistoleiros estavam a serviço do regime ditatorial, e vice-versa, dando continuidade à lógica de utilização do Estado pelos donos do poder no Brasil.

O assassinato da memória, realizado com sucessivas operações de limpeza de rastros de violência na região, e a produção de narrativas de interesse do poder passaram a funcionar no país como sintoma social, ou seja, ao não tratarmos de nossas dores históricas e não alocarmos na trajetória da linguagem social, o sintoma da violência tornou-se braço da polícia, principalmente nas periferias e nas zonas rurais do país. A violência de Estado teve sua forma mais bem delineada no período ditatorial, contudo, continua presente nas relações político-sociais de maneira disforme. Infelizmente, o processo de simbolização realizado por D. Odalice e Seu Dário não é extensivo ao país, cabendo a nós coletivamente travarmos nossas batalhas psíquicas e políticas.

Notas

¹ Trabalho financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Amazônia/2018 – Bolsa pós-doutorado.

² Criada pela lei nº 12.528/2011 e tinha por objetivo investigar violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>

³ Em 2018, a corte da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por não investigar o crime de Vladimir Herzog, morto em 25 de abril de 1975 nas dependências do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

⁴ Nossos entrevistados aparecem nas listas oficiais do exército como colaboradores dos guerrilheiros e possíveis líderes comunistas. Reprodução dos documentos disponíveis em Corrêa (2013).

⁵ O Presidente Jair Bolsonaro recebeu o Major Curió no Palácio do Planalto em 4 de maio de 2020. Em novembro de 2021, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) obrigou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) a publicar direito de resposta de vítimas e familiares da Ditadura.

⁶ Segundo dados apresentados pela advogada Irene Gomes (OAB/DF 16.072) em arquivo pessoal, entre 2008 e 2021 foram pautados 827 processos dos camponeses do Araguaia, desses 62 (7,5%) foram deferidos, 14 (1,5%) deferidos parcialmente, 635 (77%) indeferidos e 116 (14%) adiados. Cabe ressaltar que, a partir de 2016 houve graves retrocessos

nos processos de reparação como o fim da Comissão da Verdade e a subida ao poder de grupos políticos a favor das ações repressivas do estado brasileiro.

⁷ Nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, além dos diretamente envolvidos na Guerrilha do Araguaia, temos documentos que demonstram que camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, ou seja, povos que já habitavam a região antes dos grandes planos de ocupação da Amazônia, foram vítimas das ações do estado durante as operações da Guerrilha. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

⁸ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 33828920.1.0000.55.19.

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ Política de reparação consiste em um processo de reparar os danos causados pelo Estado brasileiro em função das diversas violações provocadas durante o período da ditadura civil-militar. Em 2002, foi instituído a Comissão da Anistia pela lei nº 10.559 que dá início a uma série de ações investigativas. Em 2009, pela primeira vez 44 camponeses da região ganha o direito a indenização. Nossa pesquisada ganhou um dos processos que se sucederam a esses primeiros (ROSA, 2019).

¹² Ele assume o nome propagado pelo exército sobre os guerrilheiros.

¹³ Em 4 de outubro de 1943, é assinado o decreto-lei nº 5.878, que cria a Fundação Brasil Central com o objetivo de desbravar e colonizar o Brasil Central.

Referências

- AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). *In*: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 187-202.
- BIRMAN, Joel. Governabilidade, força e sublimação. Freud e a filosofia política. **Psicologia USP**, v. 21, n. 3, p. 531-556, 2010.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia**: Depois da guerra uma outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- CATÃO, Priscila de Lima. Sublima-dor: Considerações sobre dor e sublimação nos limites do pulsional. **Reverso**, n. 62, p. 79-84, 2011.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS. Brasil: Massacre de Pau D'Arco é segunda maior chacina no campo em 20 anos; conflito envolve camponeses, Fazenda Santa Lúcia, segurança privada & órgãos públicos; empresa comenta. **Centro de Informação sobre Direitos Humanos**, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-massacre-de-pau-darco-%C3%A9-segunda-maior-chacina-no-campo-em-20-anos-conflito-envolve-camponeses-fazenda-santa-l%C3%BAcia-seguran%C3%A7a-privada-%C3%B3rg%C3%A3os-p%C3%ABlicos-empresa-comenta/>
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CONSULTOR JURÍDICO. Fazendeiros serão julgados por assassinato ocorrido há 18 anos. **Consultor Jurídico**, 19 mai. 2003. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2003-mai-19/fazendeiros_acusados_assassinato_serao_julgados
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: As memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia**: Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Editora UFPA, 2000.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no Campo**. Acompanhamento contínuo de massacres no campo no Brasil, pela Comissão Pastoral da Terra, desde 1985 até os dias atuais. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>
- DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 51-68, 1997.
- FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, Sigmund. **Interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. *In*: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186

- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. *In*: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 133-149.
- HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia Sposito. Guerrilha do Araguaia: Arqueologia, história e direitos humanos. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 2, p. 75-90, 2014.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.
- LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil: Terra e poder, o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MECCHI, Patrícia Sposito. **Protagonistas do Araguaia: Trajetória, representações e práticas de camponeses militantes e militares na guerrilha**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Sem-terras resistem na encruzilhada. **Memorial da Democracia**, c2017a. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/sem-terras-resistem-na-encruzilhada#card-230>
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. General entra na guerra do campo. **Memorial da Democracia**, c2017b. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/general-entra-na-guerra-do-campo#card-241>
- NERY, Vanderley Elias. Diretas Já: A busca pela democracia e seus limites. **Revista Lutas Sociais**, n. 24, p. 70-77, 2010.
- NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Udo. Conflitos agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IdeAs**, v. 8, n. 2, p. 195-222, 2014.
- PINHEIRO, Milton. **Ditadura: O que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REZENDE, Ricardo Figueira de. **Justiça do lobo: Posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ROSA, Lahis da Silva. **A política de reparação constitucional brasileira: Uma análise da efetividade da transição democrática a partir da Comissão da Anistia**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SAKAMOTO, Leonardo. A “ditabranda” militar (1964-1985). **UOL**, Blog Leonardo Sakamoto, 22 fev. 2009. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/02/22/o-bizarro-caso-da-ditabranda/>

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: O tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, v. 30, p. 71-90, 2005.

SOARES, Zaré. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio – Tocantins**: Um estudo sobre as relações da sociedade civil e desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: Violência, memória e reparação. **Projeto História**, v. 66, p. 179-219, 2019.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: O revisionismo na história. São Paulo: Papirus, 1988.

THELMA PONTES BORGES (thelmapontes@uft.edu.br)

é docente do curso de letras e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, Araguaína, Brasil). É doutora pelo Programa de Pós – Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PSA) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil) e graduada em psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp, São Paulo, Brasil).

 <http://orcid.org/0000-0001-6073-8937>

MARCELA VECCHIONE GONÇALVES

(marcela.vecchione@gmail.com) é professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). É doutora em ciências políticas/relações internacionais pela McMaster University (Hamilton, Canadá), mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil) e graduada em comunicação social pela PUC-Rio.

 <http://orcid.org/0000-0002-9171-5161>

Colaboradores

TPB trabalhou na concepção do artigo, na coleta análise de dados e na redação do manuscrito. MVG trabalhou na concepção do artigo e em sua revisão crítica.

Recebido em: 23/02/2022

Aprovado em: 17/09/2022

Editor responsável: Michel Misse